

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Araraquara e Região - Sicredi Centro Norte SP

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Araraquara e Região - Sicredi Centro Norte SP
Araraquara/SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Araraquara e Região - Sicredi Centro Norte SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Araraquara e Região - Sicredi Centro Norte SP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 02 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Araraquara e Região - Sicredi Centro Norte SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Araraquara e Região - Sicredi Centro Norte SP
CNPJ/MF nº 73.113.243/0001-00

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	141.197	143.264	CIRCULANTE	66.487	57.846
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	1.234	1.379	DEPÓSITOS (NOTA 11)	50.921	44.663
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 04)	79.240	94.415	Depósitos à Vista	37.375	30.147
Centralização Financeira - Cooperativas	79.240	94.415	Depósitos a Prazo	13.546	14.516
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	46.170	38.334	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	2
Operações de Crédito	49.525	40.467	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	2
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(3.355)	(2.133)	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	278	265
OUTROS CRÉDITOS	11.073	7.818	Recursos em Trânsito de Terceiros	278	265
Rendas a Receber	215	218	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 12)	-	1.450
Diversos (NOTA 06 e 07)	11.010	7.720	Empréstimos País - Outras Instituições	-	1.450
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(152)	(120)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	15.288	11.466
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	1.480	1.318	Cobrança e Arrecadação de Tributos	21	25
Outros Valores e Bens	1.129	967	Sociais e Estatutárias	3.004	2.456
Despesas Antecipadas	351	351	Fiscais e Previdenciárias	353	263
			Diversas (NOTA 13)	11.910	8.722
NÃO CIRCULANTE	56.357	33.876	NÃO CIRCULANTE	103.745	95.735
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	56.357	33.876	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	103.745	95.735
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	4.095	-	DEPÓSITOS (NOTA 11)	103.745	95.735
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.095	-	Depósitos Interfinanceiros	2.683	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	42.727	26.200	Depósitos a Prazo	101.062	95.735
Operações de Crédito	44.725	27.564			
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.998)	(1.364)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 06 e 07)	7	1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.322	23.559
Diversos	7	1	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)	17.574	14.823
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	597	627	De Domiciliados no País	26.814	18.907
Despesas Antecipadas	597	627	(Capital a Realizar)	(9.240)	(4.084)
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	4.401	3.082	RESERVAS DE SOBRES	8.733	7.464
Outros Investimentos	4.401	3.082			
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	3.603	2.960	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	1.015	1.272
Imóveis de Uso	1.381	1.335			
Outras Imobilizações de Uso (Depreciação acumulada)	4.602	3.625			
	(2.380)	(2.000)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	927	1.006			
Outros Ativos Intangíveis (Amortização acumulada)	1.965	1.815			
	(1.038)	(809)			
TOTAL DO ATIVO	197.554	177.140	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	197.554	177.140

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Araraquara e Região - Sicredi Centro Norte SP
CNPJ/MF nº 73.113.243/0001-00

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.219	-	11.219	21.737	1	21.738	18.751	-	18.751
Operações de Crédito	11.183	-	11.183	21.702	1	21.703	18.751	-	18.751
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	36	-	36	35	-	35	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(4.937)	(16)	(4.953)	(10.121)	(29)	(10.150)	(8.264)	(18)	(8.282)
Operações de Captação no Mercado	(3.099)	(16)	(3.115)	(6.348)	(29)	(6.377)	(6.200)	(18)	(6.218)
Operações de Empréstimos e Repasses	-	-	-	(22)	-	(22)	(88)	-	(88)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.838)	-	(1.838)	(3.751)	-	(3.751)	(1.976)	-	(1.976)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.282	(16)	6.266	11.616	(28)	11.588	10.487	(18)	10.469
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.115)	596	(3.519)	(7.545)	981	(6.564)	(6.504)	844	(5.660)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	871	1.645	2.516	1.623	3.142	4.765	1.257	2.592	3.849
Rendas de Tarifas Bancárias	1.542	-	1.542	2.845	-	2.845	2.066	-	2.066
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(4.419)	(433)	(4.852)	(8.447)	(845)	(9.292)	(7.323)	(676)	(7.999)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(3.125)	(425)	(3.550)	(6.305)	(835)	(7.140)	(5.660)	(786)	(6.446)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(11)	(125)	(136)	(25)	(201)	(226)	(28)	(139)	(167)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	2.975	103	3.078	6.377	33	6.410	6.515	107	6.622
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(1.948)	(169)	(2.117)	(3.613)	(313)	(3.926)	(3.331)	(254)	(3.585)
RESULTADO OPERACIONAL	2.167	580	2.747	4.071	953	5.024	3.983	826	4.809
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	258	(3)	255	208	-	208	(62)	(3)	(65)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.425	577	3.002	4.279	953	5.232	3.921	823	4.744
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	142	142	-	(19)	(19)	-	63	63
Provisão para Imposto de Renda	-	89	89	-	(18)	(18)	-	38	38
Provisão para Contribuição Social	-	53	53	-	(1)	(1)	-	25	25
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.009)	-	(1.009)	(1.789)	-	(1.789)	(1.649)	-	(1.649)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	1.416	719	2.135	2.490	934	3.424	2.272	886	3.158
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	934	(934)	-	886	(886)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	1.416	719	2.135	3.424	-	3.424	3.158	-	3.158
DESTINAÇÕES	-	-	-	(2.409)	-	(2.409)	(1.886)	-	(1.886)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(886)	-	(886)	(614)	-	(614)
Fates - Estatutário	-	-	-	(254)	-	(254)	(127)	-	(127)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(1.269)	-	(1.269)	(1.145)	-	(1.145)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	1.015	-	1.015	1.272	-	1.272

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Araraquara e Região - Sicredi Centro Norte SP

CNPJ/MF nº 73.113.243/0001-00

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	12.555	6.319	1.164	20.038
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.092	-	(1.092)	-
Outras destinações	-	-	(72)	(72)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	965	-	-	965
Baixas de capital	(396)	-	-	(396)
Resultado do período	-	-	3.158	3.158
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(127)	(127)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.145	(1.145)	-
Juros sobre o Capital Próprio	607	-	(614)	(7)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	14.823	7.464	1.272	23.559
Mutações do Período	2.268	1.145	108	3.521
Saldos no início do período em 01/01/2019	14.823	7.464	1.272	23.559
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.201	-	(1.201)	-
Outras destinações	-	-	(71)	(71)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.358	-	-	1.358
Baixas de capital	(680)	-	-	(680)
Resultado do período	-	-	3.424	3.424
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(254)	(254)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.269	(1.269)	-
Juros sobre o Capital Próprio	872	-	(886)	(14)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	17.574	8.733	1.015	27.322
Mutações do Período	2.751	1.269	(257)	3.763
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	16.219	7.464	1.289	24.972
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	776	-	-	776
Baixas de capital	(293)	-	-	(293)
Resultado do período	-	-	2.135	2.135
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(254)	(254)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.269	(1.269)	-
Juros sobre o Capital Próprio	872	-	(886)	(14)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	17.574	8.733	1.015	27.322
Mutações do Período	1.355	1.269	(274)	2.350

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Araraquara e Região - Sicredi Centro Norte SP
CNPJ/MF nº 73.113.243/0001-00

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	2.966	5.960	4.781
Resultado do semestre/exercício	2.135	3.424	3.158
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	831	2.536	1.623
Provisão para operações de crédito	622	1.856	765
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	45	32	(256)
Depreciação do imobilizado de uso	286	573	532
Amortização do intangível	120	229	195
Baixas do ativo permanente	31	88	512
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(11)	1	-
Destinações ao FATES	(254)	(254)	(127)
Dividendos SicrediPar	(8)	11	2
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(19.706)	(17.100)	4.627
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(3.745)	(4.095)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	1.197	-	1
Redução em relações com correspondentes	1	-	-
(Aumento) em operações de crédito	(14.770)	(26.219)	(10.767)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(2.333)	(1)	1
(Aumento) em outros créditos	(2.605)	(3.305)	(2.031)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	62	(132)	331
Aumento (Redução) em depósitos	(1.154)	14.268	14.437
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(13)	13	59
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	(1.450)	370
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(191)	(175)
Aumento em outras obrigações	3.654	4.012	2.401
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(16.740)	(11.140)	9.408
Aquisição de Investimentos	(1.319)	(1.319)	(369)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(819)	(1.304)	(1.168)
Aplicações no Intangível	(52)	(150)	(451)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.190)	(2.773)	(1.988)
Integralização de capital	776	1.358	965
Baixa de capital	(293)	(680)	(396)
Juros ao capital próprio	(14)	(14)	(7)
Distribuição de Sobras	-	(71)	(72)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	469	593	490
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(18.461)	(13.320)	7.910
Caixa e equivalente de caixa no início do período	100.935	95.794	87.884
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	82.474	82.474	95.794

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Araraquara e Região - Sicredi Centro Norte SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 03/01/1994 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 02 de março de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	3.234	1.379
Caixa	3.234	1.379
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	79.240	94.415
Total	82.474	95.794

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.095	-
DI entre Banco e Cooperativas (i)	4.095	-
Total não circulante	4.095	-

(i) Refere-se basicamente as aplicações realizadas entre a Cooperativa e o Banco para cobrir as antecipações de recebíveis realizadas pelos Associados na aquisição, com taxa de remuneração de 105% do CDI.

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	42.225	34.478	76.703	58.120
Financiamentos	7.300	10.247	17.547	9.911
Carteira total	49.525	44.725	94.250	68.031

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	10.103	7	10.110	6.760
Total	10.103	7	10.110	6.760

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	-	70	-	-
Nível A	0,50	38.963	24.061	195	120
Nível B	1,00	34.994	25.198	348	252
Nível C	3,00	19.451	15.817	584	475
Nível D	10,00	5.336	6.598	534	660
Nível E	30,00	1.684	992	505	298
Nível F	50,00	507	264	254	132
Nível G	70,00	1.132	369	792	258
Nível H	100,00	2.293	1.422	2.293	1.422
Total		104.360	74.791	5.505	3.617

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019					2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	986	12.395	12.298	18.349	44.028	33.077
Industrial	-	80	104	235	419	356
Comércio	1.135	6.997	8.435	12.653	29.220	23.260
Outros Serviços	278	7.265	9.655	13.495	30.693	18.098
Total	2.399	26.737	30.492	44.732	104.360	74.791

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	13.312	12,76	9.267	12,39
50 devedores seguintes	25.824	24,74	18.070	24,16
100 devedores seguintes	17.779	17,04	14.387	19,24
Demais	47.445	45,46	33.067	44,21
Total	104.360	100	74.791	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial		3.108
Constituição de provisão	3.617	1.976
Movimentação de baixados para prejuízo	(1.863)	(1.467)
Saldo final	5.505	3.617

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 473 (2018 - R\$ 205), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 6.564 (2018 - R\$ 6.082).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	285	311
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	177	104
Devedores por depósitos em garantia	12	12
Impostos e contribuições a compensar	126	129
Títulos e créditos a receber (ii)	10.103	6.759
Operações com cartões	157	249
Pendências a regularizar	11	39
Outros	139	117
Total Circulante	11.010	7.720
Títulos e créditos a receber (ii)	7	1
Total não circulante	7	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	1.129	967
Imóveis	1.129	967
Despesas antecipadas	351	351
Total Circulante	1.480	1.318
Despesas antecipadas	597	627
Total não circulante	597	627

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	3.252	1.933
Sicredi Participações S.A.	1.148	1.148
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	4.401	3.082

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	372.204 ON	372.204 ON	1	1	3.251.791	1.932.841
	776.360 PN	776.360 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,11%	0,13%	0,62%	0,62%	1,03%	0,85%
Capital social	969.491	880.597	164	164	317.064	227.306
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	318.570	228.806
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	-	-
Valor do investimento	1.148	1.148	1	1	3.252	1.933

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	5.983	(2.380)	3.603	2.960
Imobilizações em curso	-	485	-	485	129
Terrenos	-	60	-	60	60
Edificações	4%	1.321	(630)	691	713
Instalações	10%	1.097	(523)	574	526
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.236	(357)	879	811
Sistema de comunicação	10%	87	(23)	64	32
Sistema de processamento de dados	20%	1.353	(734)	619	428
Sistema de segurança	10%	179	(33)	146	143
Sistema de transporte	20%	165	(80)	85	118
Intangível (i)		1.965	(1.038)	927	1.006
Investimentos Confederação		1.954	(1.034)	920	997
Outros ativos intangíveis		11	(4)	7	9
Total		7.948	(3.418)	4.530	3.966

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			Total	2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Depósitos à vista	37.375	-	-	37.375	30.147
Depósitos Interfinanceiros	-	-	2.683	2.683	-
Depósitos a prazo	4.163	9.383	101.062	114.608	110.251
Total	41.538	9.383	103.745	154.666	140.398

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	-	1.450
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	-	1.450
Total circulante	-	1.450

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Provisão para pagamentos a efetuar	842	867
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 14)	11	10
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2	5
Pendências a regularizar	18	8
Operações com cartões	10.099	7.003
Demais fornecedores	138	221
Credores diversos	800	608
Total circulante	11.910	8.722

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 14 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	10	12	(12)	10
Cível	-	1	-	1
Total	10	13	(12)	11

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	10	10
Cível	Provável	1	-
Total		11	10

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	17.574	14.823
Total de associados	10.597	8.956

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.751 (2018 – R\$ 2.268), sendo R\$ 2.073 (2018 – R\$ 1.699) via integralização de resultados e R\$ 1.358 (2018 – R\$ 965), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 680 (2018 – R\$ 396).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5,65% em Conta capital, no montante de R\$ 886, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 50% foram para a Reserva Legal, 10% para o FATES.

NOTA 16 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 285 (R\$ 0 em dezembro de 2018), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais".

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	3.443	3.095
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(1.033)	(1.300)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	2	1
Provisão resgate de milhas cartão	19	(35)
Brindes e Doações	(3)	(3)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(32)	22
Receita com atos cooperativos	747	954
Juros sobre capital próprio	266	258
Lucros e dividendos	2	8
Outros	12	25
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	133
Subtotal	1.014	1.363
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(19)	63

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	4.095	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	79.240	94.415
Outros Créditos - Rendas a receber	145	152
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	238	175
Investimentos (Nota 09)	4.401	3.082
Intangível (Nota 10)	920	997
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	2.683	-
Obrigações por empréstimos (Nota 12)	-	1.450
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	9.960	6.737
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	36	-
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	705	491
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	5.496	5.690
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 16)	285	-
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	64	-
Operações de Empréstimos e Repasses	22	88
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	724	603
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 21)	2.525	2.196

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	27	0,07%	66
Depósitos a prazo	1.062	0,93%	1.762
Operações de crédito	204	0,22%	551

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	3.049	2.885

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	101	85
Despesa de aluguéis	955	795
Despesa de comunicação	402	384
Despesa de manutenção e conservação	505	433
Despesa de material	115	105
Despesa processamento dados	223	161
Despesa de promoções e relações públicas	733	826
Despesa de propaganda e publicidade	21	18
Despesa de seguro	34	27
Despesa de serviços do sistema financeiro	716	786
Despesa de serviços de terceiros	143	138
Despesa de serviços de vigilância e segurança	427	398
Despesa de serviços de técnicos especializados	519	371
Despesa de serviços de transportes	469	430
Despesa de viagem	155	115
Despesa de depreciação e amortização	573	534
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	229	193
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	276	259
Outras despesas administrativas	544	388
Total	7.140	6.446

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	221	211
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	5.402	5.584
Reversão de provisões operacionais	485	487
Outras rendas operacionais	302	340
Total	6.410	6.622

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	241	434
Contribuições Cooperativistas	40	34
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	312	227
Contribuição Confederação Sicredi	1.916	1.590
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	361	313
Encargos da administração financeira	29	37
Repasso administradora de Cartões	92	79
Outras despesas de Cartões	515	437
Outras provisões operacionais	283	265
Outras despesas operacionais	137	169
Total	3.926	3.585

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	337	145
Total	337	145

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	25.248	21.404
Nível I (NI)	25.248	21.404
Capital principal - CP	25.248	21.404
Capital social	17.574	14.823
Reservas de capital	8.733	7.464
Lucros acumulados	1.015	1.272
Ajustes Prudenciais	(2.075)	(2.155)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	149.874	117.863
Margem de Capital (i)	7.263	7.261
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,85%	18,16%
Situação de Imobilização (Imob)	3.603	2.960
Índice de Imobilização (Imob / PR)	14,27%	13,83%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Elenir do Carmo Escoqui Laurini
Diretora Executiva
CPF: 042.920.728-09

Ednaldo Laureano
Diretor de Operações
CPF: 137.527.578-09

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20